

# FORMAÇÃO DE LEITORES: ABORDAGEM SOBRE AS POLÍTICAS DE INCENTIVO À LEITURA E SOBRE O PERFIL DO PROFESSOR LEITOR

*Data de aceite: 01/09/2023*

### **Maria Lenira Borges de Andrade**

Professora da rede pública municipal de Fortaleza-CE, mestranda em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP-PE).

### **Nívia Maria de Oliveira Nogueira**

Professora da rede pública municipal de Fortaleza-CE, Mestra em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP-PE).

## INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva fazer uma análise reflexiva acerca das políticas públicas que fomentam a formação de leitores no Brasil, tendo para tal, a discussão acerca dos principais marcos legais que referendam tal ação, uma breve discussão acerca do perfil do professor enquanto leitor e suas implicações para o ato de ler.

Para articular a temática serão abordados como instrumentos teórico-metodológicos Documentos Oficiais como o Plano Nacional do Livro da Leitura e

da Escrita, bem como outros referenciais tanto de ordem teórica quanto legal que compõem o arcabouço necessário para a consubstanciação de um Política que visa impulsionar a efetivação de ações leitoras voltadas para os alunos recém ingressos no Ensino Fundamental.

É imprescindível, ao falarmos sobre formação de leitores, iniciarmos uma exposição temática sobre o campo da alfabetização bem como situar algumas de suas variáveis que são condicionantes constitutivas do processo de aprendizagem da criança que adentra a rotina escolar e a cultura letrada. Solé (1998, p.23) afirma que:

[...] a leitura é o processo mediante o qual se compreende a linguagem escrita. Nesta compreensão intervêm tanto o texto, sua forma e conteúdo, como o leitor, suas expectativas e conhecimentos prévios. Para ler necessitamos, simultaneamente, manejar com destreza as habilidades de decodificação e aportar ao texto nossos objetivos, ideias e experiências prévias.

A aprendizagem da leitura nos anos iniciais da Educação básica revela-se temática de substancial relevância na sociedade contemporânea, tendo em vista o teor epistemológico por excelência que compõe a sua essência. O cenário social e cultural vigente traz uma efervescente discussão acerca do papel da escola nesse processo.

Tal papel é caracterizado pela compreensão sistemática das variáveis que interferem no processo de aprendizagem da leitura por parte dos alunos. A prática do Professor deve inevitavelmente está em consonância com os aspectos necessários à aprendizagem satisfatória do ato de ler. Para Cagliari (2009, p. 130),

A atividade fundamental desenvolvida pela escola para a formação dos alunos é a leitura. É muito mais importante saber ler do que saber escrever. O melhor que a escola pode oferecer aos alunos deve estar voltado para a leitura. Se um aluno não de sair bem nas outras atividades, mas for um bom leitor, penso que a escola cumpriu em grande parte sua tarefa.

A formação de leitores é conectada por um tripé: desejo, leitura como necessidade e compreensão de signos que compõem a escrita. Para a consubstanciação de tais aspectos há um fator do qual não se pode prescindir: as políticas públicas que fomentam e possibilitam a efetivação dos elementos da referida tríade.

Dentre os documentos que subsidiam a questão do estímulo à formação de leitores, destacamos a *Lei Castilho 2018* que estabeleceu 6 anos para elaboração de um novo *Plano Nacional do Livro, da Leitura e da Escrita*, a BNCC, documento orientador das práticas curriculares nas instâncias educativas nacionais entre outros que se fizerem pertinentes.

No trajeto casa-escola, as crianças apreciam, conscientemente ou inconscientemente, diversas possibilidades ilustrativas que podemos situar no conceito de letramentos sociais. Tais eventos ocorrem inevitavelmente porque estamos inseridos numa sociedade notadamente letrada.

A percepção da criança para esse universo literário a conduz à inúmeras projeções esquemáticas que favorecem proficuamente sua evolução intelectual no que concerne à aquisição da leitura de mundo e por conseguinte da aprendizagem da leitura e escrita propriamente ditas. De acordo com Street (2014, p.18), as práticas de letramento incorporam “não só ‘eventos de letramento’, como ocasiões empíricas, às quais o letramento é essencial, mas também modelos populares desses eventos e as preocupações ideológicas que o sustentam”.

Os modelos de letramentos compõem o arcabouço conceitual bem como comportamental manifestado nas ações dos sujeitos que compõem determinados grupos sociais e que são perpassados culturalmente aos demais pertencentes à essa comunidade social.

Trazendo a questão da leitura para o âmbito escolar, na primeira etapa do ensino fundamental, a BNCC preconiza:

Nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve

ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social. (BRASIL, 2017, p.59)

O protagonismo ancorado em bases de uma cultura letrada, é o que permeia a sociedade contemporânea, será o fio condutor para uma efetiva inserção do sujeito no universo da leitura, leitura aqui não somente no sentido restrito do ato de ler materiais impressos, mas também no ato de interpretar as nuances que permeiam a vida como um todo.

Parafraseando Paulo Freire *a leitura do mundo precede a leitura da palavra*. Para que essa conduta epistemológica seja uma realidade é necessário que os primeiros passos de escolarização sejam efetuados com êxito, aqui refiro-me à primeira etapa do ensino fundamental. A base alfabética é imprescindível para a consolidação da base leitora.

Pensar a leitura implica indiscutivelmente pensar sobre a questão do alfabetismo, pois sem política de alfabetização a ação civilizatória da leitura torna-se improdutora. Os processos de leitura e escrita estão imbricados de tal modo que por vezes se confundem com uma teia conceitual. Segundo Soares (2020, p. 171):

Ao pensarmos em alfabetização e cidadania, é preciso fugir a uma interpretação linear de causa-consequência, em que a cidadania seja tomada como consequência do acesso à leitura – pois elas existem – devem ser entendidas no conjunto mais amplo dos determinantes sociais por enorme parcela da população brasileira.

Os discursos emanados nas instituições escolares, proferidos no cotidiano pelos professores em ação são carregados de sentidos que anunciam a vertente ideológica ao qual se aproxima ou se pretende chegar.

Enquanto profissional do ensino há que se ter clareza acerca das concepções ideológicas nas quais acreditamos e quais devem ser reverberadas em nossa fala no ato da função, uma das mais nobres que há, que é a de professor, querelas à parte. Dentre as características da BNCC, temos a unidade de trabalho escolhida para o fomento da ação leitora, de acordo com o recorte abaixo:

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividade de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses. (BRASIL, 2017, p.67)

A visão aqui suscitada traz um enfoque que considera a contextualização como fator importante para a viabilização de uma aprendizagem leitora. Elencar o texto como unidade de trabalho para a operacionalização de atividades de leitura reflete uma ação dinâmica pautada num olhar sistêmico das variáveis que envolvem o ato de ler. A leitura, no contexto da BNCC,

É tomada em um sentido mais amplo, dizendo respeito não somente ao texto escrito, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos, etc) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros. (BRASIL, 2017, p.72)

Os aspectos anteriormente citados são elementos estruturais que compõem e trazem riqueza aos textos. Tais componentes não devem ser somente vistos, devem ser apreciados e compartimentalizados para uma análise reflexiva acerca de cada item composicional de um texto, traçando assim, as características peculiares que são inerentes a cada uma das partes do texto. Essa ação oportunizará ao aluno uma visão panorâmica e pensamento sistêmico sobre o ato de ler, que não se limita apenas ao código alfabético, transcende tal hipótese.

A vida em sociedade implica aos sujeitos uma dinâmica social que para ser executada de forma significativa, requer destes alguns conhecimentos, tanto de ordem prática quanto subjetiva. A leitura e vale ressaltar a escrita insere-se nesse cabedal de saberes necessários como condição *sine qua non* para a viabilização de uma sociedade justa e igualitária. De acordo com Ferreiro (2012, p. 18)

O exercício pleno da democracia é incompatível com o analfabetismo dos cidadãos. A democracia plena é impossível sem níveis de alfabetização acima do mínimo da soletração e da assinatura. Não é possível continuar apostando na democracia sem realizar os esforços necessários para aumentar o número de leitores (leitores plenos, não decifradores).

Reiterar tal proposição é inegável, partindo do pressuposto de que políticas públicas devem incentivar o avanço da formação de leitores no Brasil. Nosso país carece de ações efetivas para a melhoria do quadro que aqui se anuncia.

Pensar leitura implica indiscutivelmente ligarmos tal ação ao alfabetismo, pois sem a habilidade da decodificação que conduz à fluência leitora, a ação civilizatória da leitura é inviabilizada.

Uma das competências gerais da BNCC, retrata o seguinte aspecto relativo aos conhecimentos: “Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”.

Como ações que reafirmam a questão da leitura, temos a Lei 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, a mesma, deve estar em consonância, com os seguintes planos estruturantes: Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Nacional de Cultura (PNC) e Plano Plurianual da União (PPA).

## 1 | DIRETRIZES DA PNLE – BREVES CONSIDERAÇÕES

Façamos uma análise reflexiva acerca das Diretrizes que consubstanciam a Política Nacional de Formação de Leitores, elencando cada uma delas e suas implicações diretas

no fomento ao processo de estímulo e ampliação da cultura leitora no Brasil. Seguem diretrizes conforme documento instituído em 2018:

I - a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas; II - o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa; III - o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC); IV - a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003; V - o reconhecimento das cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia criativa.” (BRASIL, 2018)

Considerando o inciso I, a democratização do acesso ao livro traz efeitos que serão percebidos à médio e longo prazo. Para que pessoas coexistam num ambiente letrado, tendo em mãos objetivamente falando, o instrumento que contribuirá substancialmente com a sua formação intelectual - o livro – faz-se necessário que se sintam motivadas a obter tal objeto, bem como cuidar e sobretudo usá-lo de modo profícuo e sistemático. Para Ferreiro (2012, p.23), “o livro se completa quando encontra um leitor intérprete e se transforma em patrimônio cultural quando encontra uma comunidade de leitores intérpretes”.

O local por excelência onde espera-se o acesso direto a tal instrumento cultural é a biblioteca. E qual a situação atual das bibliotecas públicas brasileiras? Adiante abordaremos a questão.

De acordo com o inciso II, que traz à leitura e escrita o status de direito, é importante mencionar que direitos são dispositivos legitimados por leis, mas que muitas vezes tem sua concretização inviabilizada pelo fato de estarem vinculados à fatores de ordem política e por vezes econômica, que não corroboram com o objetivo maior do teor suscitado nesse inciso, que é o exercício pleno da cidadania e a da construção de uma sociedade mais justa.

Todas as pesquisas coincidem num fato muito simples: a criança que esteve em contato com leitores antes de entrar na escola aprenderá mais facilmente a escrever e ler do que aquelas crianças que não tiveram contato com leitores (Ferreiro, 2012, p. 26).

No que concerne ao inciso III, que trata da temática das Bibliotecas Públicas, urge uma ação contingencial para revitalizar os equipamentos existentes nos municípios Brasil afora. Divergindo do que o inciso propõe, o fortalecimento ora citado não é uma realidade no cenário que se apresentam as bibliotecas.

A precariedade dessas instituições é fator extremamente inquietante para os que relutam em aceitar tal condição. Uma sociedade se torna justa quando a equidade se faz presente no acesso à leitura, logo, a priori ao livro, instrumento condutor daquela ação. É

imperativa uma mudança real que possibilite a retomada de melhorias em tais instâncias, tão marcadamente necessárias para o alicerce subjetivo do tecido social que compõe uma nação.

Iniciamos o inciso IV, citando Ferreiro (2012, p. 22), que diz que “um livro é um objeto em busca de um leitor, e não pode realizar-se como objeto cultural antes de encontrar um leitor”. Como ação de efeito social foi instituída a Lei 10753, de 30 de outubro de 2003 que ampara a Política Nacional do Livro, pondo em pauta a importância do livro para o avanço do progresso sociocultural da sociedade e de cada grupo de pessoas que a compõe.

“Economia criativa”, expressão recente, cunhada pelo professor John Howkins em sua obra com o mesmo título, descortina um campo do saber em evidência nas últimas décadas tendo como base a criatividade intelectual aliada à possibilidade de empreender. O termo “economia criativa” manifesta-se no inciso V como um polo de ação em estado latente, que para se materializar precisa da operacionalização bem como conexão dos demais elementos citados nesse inciso.

As diretrizes ora elencadas, se operacionalizadas, contribuem substancialmente com a melhoria da qualidade do perfil do leitor que permeia o cenário social brasileiro. A BNCC, sobre a competência específica de Língua Portuguesa orienta:

A participação dos estudantes em atividades de leitura com demandas crescentes possibilita uma ampliação de repertório de experiências, práticas, gêneros e conhecimentos que podem ser acessados diante de novos textos, configurando-se como conhecimentos prévios em novas situações de leitura (BRASIL, 2017, p. 75)

A aprendizagem da leitura não é um processo espontâneo, faz-se necessário uma mediação para ser consolidado. Sendo a escola o espaço social que tem papel ímpar nessa questão, ela constitui-se em dadas circunstâncias como o único ambiente no qual a criança terá acesso e poderá manipular diretamente o objeto cultural para esse fim destinado, o livro. Como nos diz Antunes (2009, p. 41)

Na verdade, ainda não é uma preocupação da sociedade em geral avaliar se a escola está cumprindo ou não suas funções. A muita gente, ainda parece natural (e, por isso não causa nenhuma indignação) ver crianças sem escolas, escolas sem professores, professores sem programas eficientes de ensino, alunos sem saber ler e escrever, mesmo depois de oito anos de escola.

Crianças de classes desfavorecidas compõem uma parcela da população negligenciada no que tange à aprendizagem da leitura e concomitante da escrita. Para elas a escola tem papel indiscutível. Contudo, o déficit no avanço de tal processo é uma triste e irrefutável realidade. Porém, “todo mundo considera uma coisa normal uma criança de escola pública não conseguir aprender a ler. Ninguém se espanta com o número dos que deixam a escola (filhos de pobre, é claro). Ninguém considera isso uma perda social irreversível” (Antunes, 2009, p. 26).

A cidadania, bem comum, é uma condição social ancorada em variáveis diversas,

dentre essas, a capacidade de ler e a de escrever. A aquisição da leitura é imprescindível para agir com autonomia nas sociedades letradas, e ela provoca uma desvantagem profunda nas pessoas que não conseguiram realizar essa aprendizagem (Solé,1998, p. 32). Sem tal condição os sujeitos encontram-se imersos na sociedade sem voz ou vez de manifestar ativamente suas intenções e sugestões para a manutenção ou mudança do cenário social em evidência.

## 1.1 POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO – REVISITA AO IMPERATIVO LEGAL

Instituída sob a Lei nº 10.753 de 30 de outubro de 2003, a Política Nacional do Livro traz implicações relevantes do ponto de vista legal, mas não se faz popularizada nos meios sociais como um todo. É pontuada nas vias de acesso escolares.

O capítulo I trata das Diretrizes gerais. O artigo 1º do referido capítulo é constituído por doze diretrizes que visam especificar a função, objetivos, ações voltadas para o fomento da editoração e comercialização do livro bem como implicações gerais concernentes ao uso do mesmo (BRASIL, 2003).

No que tange à questão da leitura propriamente, o inciso V traz a seguinte diretriz: “promover e incentivar o hábito da leitura”. Tal promoção não é refletida nas várias ambiências sociais que compõem a diversidade de equipamentos institucionais públicos ou mesmo privados (BRASIL, 2003). A democratização do acesso ao livro se faz presente indubitavelmente no ambiente escolar, lugar por excelência onde o incentivo da leitura preconizado no inciso V é uma constante, ou deveria ser.

Tal incentivo(qual?), regra geral, referendado pela ação mediadora do professor no cotidiano áulico, notadamente reverberará no aporte social e subjetivo dos sujeitos envolvidos no processo.

Segundo Solé (1998, p. 50)

O domínio da leitura e da escrita pressupõe o aumento do domínio da linguagem oral, da consciência metalinguística (isto é, da capacidade de manipular e refletir intencionalmente sobre a linguagem) e repercute diretamente nos processos cognitivos envolvidos nas tarefas que enfrentamos (para não mencionar o que significam em nível de inserção e atuação social).

Assim, consideramos que, sendo a leitura um elemento substancial que contribui e favorece a otimização de habilidades sociais tais como: expressar-se publicamente, pensar sistêmica e criticamente e interagir de modo espontâneo e significativo com os seus pares, ela tem o poder de inserir o indivíduo no âmago das questões que vão das mais simples às mais complexas no que se refere à dinâmica da vida em sociedade.

O capítulo II é composto por três artigos. O artigo 2º nos traz a conceituação de livro à luz da lei aqui discutida: “considera-se livro, para efeitos desta Lei, a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume

cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas” ou em qualquer formato e acabamento (BRASIL, 2003).

Após definição conceitual, segue o Parágrafo único com oito incisos especificando instrumentos que compõem o cabedal de itens que podemos intitular como livros, tais como os especificados no inciso VIII- livros impressos no sistema Braille (BRASIL, 2003).

O capítulo IV, aborda a temática de difusão do livro, compreende dois artigos que elencam ações necessárias à implementação do marco legal aqui analisado. Por fim, o capítulo V contendo as Disposições Gerais concernentes à Lei do Livro (BRASIL, 2003).

## **2 | PROFESSOR E SEU PERFIL LEITOR - TECENDO IDEIAS ACERCA DAS IMPLICAÇÕES DESSE NA APRENDIZAGEM DA LEITURA**

Iniciamos esse ponto com a contribuição de Solé (1998, p. 27), que afirma:

Formar leitores autônomos também significa formar leitores capazes de aprender a partir dos textos. Para isso, quem lê deve ser capaz de interrogar-se sobre sua própria compreensão, estabelecer relações entre o que lê e o que faz parte do seu acervo pessoal, questionar seu conhecimento e modificá-lo, estabelecer generalizações que permitam transferir o que foi aprendido para outros contextos diferentes [...]

Formar leitores é tarefa de caráter social irrefutável para o avanço de uma sociedade, incluindo nesse cenário a tríade contextual -política, econômica e cultural- que são variáveis condicionantes de toda e qualquer conjuntura social e que têm em sua essência o propósito de mensurar em que patamar de aceitabilidade as demandas de tal sociedade encontram-se. Se estão em processo de avanço ou retrocesso.

Nesse panorama é salutar ressaltar o papel preponderante de um sujeito, o professor, que tem protagonismo na dimensão formativa aqui enunciada, a formação de leitores brasileiros.

Contudo, para formar cidadãos leitores é mister ter-se a habilidade de leitura consolidada bem como uma visão fundamentada acerca dos elementos constitutivos que compõem o universo da leitura propriamente, quais sejam, os objetivos da leitura, prazer pela leitura, estratégias de leitura, entre outros. Dito isso, surge a questão: qual perfil de leitor do professor brasileiro?

O sistema educacional brasileiro parece ter herdado dos governos ditos “revolucionários”, a ausência de rumos, ideais, utopias, deixando alguns aspectos da educação e da sociedade sem alma e com a necessidade de “revolucionar” conceitos e torná-los ação. Conceitos esses que rompem com o analfabetismo e que preconizam o papel da leitura como pilar substancial para a reordenação social e cultural de uma nação que se diz letrada.

Freire (1996, p. 48), nos diz:

Não posso apenas falar bonito sobre as razões ontológicas, epistemológicas e políticas da teoria. O meu discurso sobre a teoria deve ser o exemplo



concreto, prático, da teoria. Sua encarnação. Ao falar da construção do conhecimento, criticando a sua extensão, já devo estar envolvido nela, e nela, a construção, estar envolvendo os alunos.

Assim, para uma efetiva mudança postural, na questão subjetiva da expressão, um dos requisitos essenciais refere-se à formação individual de cada sujeito em seus diversos aspectos, quais sejam, de ordem intelectual, psicológica, bem como também cultural.

O paradigma ora vigente, que nos apresenta a percepção do professor enquanto bom leitor é algo preocupante. Pois na sua maioria, o povo brasileiro não tem o hábito da leitura, e nesse contexto está inserido o professor.

O professor brasileiro passa boa parte da sua atividade laboral atuando em salas de aula, ensinando aos alunos estratégias de leitura e escrita, porém, o contrassenso manifesta-se quando pensamos na característica básica desse profissional, enquanto mediador do processo de leitura. Como ensinar algo que não é parte de sua formação real?

A indagação parte da premissa de que competências geram competências outras que se equiparam ou superam o mediador em questão. Assim sendo faz-se fundamental uma formação alicerçada em bases sólidas por parte do mediador, aqui, o professor.

Sobre as competências que constam na BNCC (2017, p. 87), temos:

Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.

Nesse cabedal de competências, é importante salientar que a configuração de textos foi modificada, pois não mais se limita apenas ao texto escrito. Nesse rol de opções temos os textos oriundos das diversas mídias tecnológicas, legado da era tecnológica na qual assenta-se a era contemporânea.

E o professor deve estar atento à tal demanda que faz parte do cotidiano dos alunos com os quais atua na rotina escolar, para que não apresente uma proposta de ensino obsoleta pautada em temáticas aquém das reais e atuais necessidades do público com o qual trabalha.

As proposições citadas na BNCC são elementos indispensáveis a uma boa prática leitora. Sem essas, o ensino torna-se inconsistente e incoerente com a sua questão macro, que é a epistemológica. Para saber ensinar, a priori, é preciso saber.

O desafio está anunciado. Ser professor e bom leitor numa sociedade que não valoriza tais questões nos conduz a uma problemática que se faz presente e latente há longo tempo em nosso contexto nacional: a não valorização da leitura como evento propulsor de avanço, quer seja ele tecnológico, social ou cultural.

Freire (2005, p. 09) enfatiza:

Em sociedade que exclui dois terços de sua população e que impõe ainda profundas injustiças à grande parte do terço para o qual funciona, é urgente que a questão da leitura e da escrita seja vista enfaticamente sob o ângulo da

luta política a que a compreensão científica do problema traz sua colaboração.

Considerando o que Freire coloca e a atual conjuntura para a questão da leitura no Brasil, houve um avanço na base legal dessa seara. Marcos legais são dispositivos importantes, que não resolvem todas as querelas latentes em torno de um problema, mas potencializam e legitimam ações que corroborem com o fomento à causa que lhe convém resolver, nesse caso, a causa literária.

Outro fator necessário para os que atuam em salas de aula na nobre missão do ensino da leitura e certamente o da escrita é ter clareza do seu potencial instrucional, é saber-se constituído pela capacidade de pensar criticamente, tendo para tal uma formação arrojada.

Para ser formador de sujeitos leitores faz-se sumamente relevante, ser um leitor. Freire (2005, p. 15), diz que “na medida em que fui me tornando íntimo do meu mundo, em que melhor o percebia e o entendia na ‘leitura’ que dele ia fazendo, os meus temores iam diminuindo”. Ler implica sentido de liberdade, e essa leitura começa no âmago da subjetividade individual, podendo ser ampliada para a perspectiva literária e assim aperfeiçoada como instrumento de mudança social. Nesse sentido, sigamos com Freire (2005, p. 98), que ressalta:

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além dos conhecimentos dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas.

Sendo a educação uma forma de intervenção no mundo, é imperativo que a escola e, por conseguinte, o professor têm papel de proeminente destaque na estruturação de ações e mecanismos que favoreçam ambientes de profícua aprendizagem leitora. Assim, sua missão de ensinar estará permeada de uma lídima concepção e sobretudo ação formadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto e dando ênfase primordialmente à figura do professor, é fulcral a premissa sobre a qual nos debruçamos no item 3. Segundo Savage (2015, p. 210), o professor permanece sendo a chave para um ensino eficaz.

A escola ainda é o âmbito onde as possibilidades de ações para formar cidadãos leitores são sistematicamente ampliadas ou deviam ser. Tal questão é imanente à uma formação docente que preconize como um de seus pilares basilares, a formação do professor enquanto leitor, no sentido amplo da palavra. Aquele que tem o hábito e que carrega consigo a certeza do que legitima sua ação.

Assim, reiteramos que a institucionalização de uma política voltada para a

formação de leitores nos traz um novo olhar para além das discussões aleatórias ou mesmo intencionais. Marcos legais sempre contribuem positivamente para o progresso de demandas sociais quaisquer que sejam elas, que mesmo sendo importantes e necessárias, muitas vezes subjazem à vontade política do governante em ação, indiscriminadamente.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.696 de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.753 de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2003.

CAGLIARI, Luís Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2009.

FERREIRO, Emília. **Passado e presente do verbo ler e escrever**. Tradução Claudia Berliner. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SAVAGE, John F. **Aprender a ler e a escrever a partir da fônica**: um programa abrangente de ensino. 4ª ed. Porto Alegre: AMG, 2015.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

STREET, Brian. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução Marcos Bagno. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2014.